
**A CRISE DO CAPITAL, A CLASSE TRABALHADORA, O PARTIDO DOS
TRABALHADORES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SOCIALISMO**

**LA CRISIS DE CAPITAL, LA CLASE OBRERA, EL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES Y
LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y EL SOCIALISMO**

**CRISIS OF CAPITAL, WORKING CLASS, PARTY WORKERS AND SOCIAL MOVEMENTS
AND SOCIALISM**

Ricardo Antunes¹

Por: Eraldo Leme Batista, Paulino José Orso, Elza Margarida de Mendonça Peixoto²

Crise

G: A crise sistêmica e estrutural do capital, tem contribuído para aumento do desemprego nos países centrais, implicando também no aumento do trabalho precário, por milhões de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Neste sentido, gostaríamos que o senhor comentasse sobre esta crise mundial e suas implicações para a classe trabalhadora.

R. A.: Esta crise que se desencadeou a partir de 2007-2008, no meu modo de entender, ela tem conexão forte com a crise estrutural aberta no início dos anos 1970, em torno de 1973, quando tivemos o fim de um período anterior do capitalismo marcado por um movimento cíclico de expansão-crise ou de expansão-declínio. A partir de 1973, e eu aqui me ancoro fundamentalmente em três grandes autores, com algumas diferenças entre eles, especialmente no István Mészáros, mais secundariamente em Robert Kurz e François Chesnais. Para esses três autores, especialmente, repito, para o filósofo húngaro István Mészáros, desde 1973 nós adentramos num ciclo de crise estrutural do sistema do capital marcado não só por uma tendência decrescente da taxa de lucro, mas por um crise que é muito mais que só uma crise econômica, uma vez que é uma crise que coloca, talvez pela primeira vez em uma intensidade jamais vista a lógica de que o sistema de capital só pode se reproduzir destruindo. A destruição é brutal, a destruição é da natureza, a crise ambiental atinge proporções catastróficas, está hoje visível em todas as áreas do planeta; a crise da destruição da força humana do trabalho também atinge proporções enormes e a reprodução do sistema, segundo o Kurz e especialmente o Mészáros e também o Chesnais, ela só pode se dar destruindo. O Mészáros vai mais além, ele diz inclusive que aquele ciclo de expansão e crise, os movimentos cíclicos, isso tende a desaparecer. Nós adentramos em

um longo ciclo depressivo que, portanto, já dura mais de quarenta anos, e nesse longo ciclo depressivo nós poderíamos ter pequenas expansões e pequenas recessões, num quadro tendencial decrescente.

Adentramos então numa fase onde a tendência é decrescente e, dentro dessa tendência geral declinante, daí uma ideia de uma crise estrutural. As pequenas expansões, por exemplo, que os EUA possam ter, recessão no Japão, estancamento no Rússia, crescimento na Alemanha, recessão em outros países, crise em Portugal, Grécia, Espanha, são pequenos movimentos num quadro estrutural mais declinante que se agudiza a partir do momento em que, na crise de 2007-2008, o epicentro dela está localizado nos países do norte. Então é uma crise estrutural é uma crise que tem componentes com sentido global, mas o epicentro do furacão está fazendo a devastação. Daí que você tem uma destruição em massa de trabalho estável e contratado, sendo que os casos da Grécia, da Itália, da Espanha e de Portugal são os mais devastadores, onde você teve queima de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que perderam seu emprego de tal modo que, aquilo que nós já conhecíamos há muito tempo do trabalho mais precarizado (a precarização é um modo de ser e o trabalho pode ser mais precarizado ainda, ou menos precarizado), este modo de ser da precarização ela vem devastando a classe trabalhadora na Europa de tal modo que muitos, Guy Standing, por exemplo, entre outros, vem dizendo que nasceu uma nova classe na Europa que é a classe do precariado, que é aquele trabalhador mais precarizado que para eles é diferente da classe trabalhadora herdeira do *welfare state*. Na minha opinião não é outra classe, mas é um contingente muito mais precarizado: jovem, precarizado, sem trabalho. Muitas vezes combinando trabalhadores jovens qualificados, com graduação e pós-graduação que não encontram emprego. E na outra ponta, trabalhadores jovens imigrantes não-qualificados e que só encontram o chamado trabalho sujo que é aquele que, no passado recente o trabalhador alemão, italiano, espanhol, inglês, francês, não queria fazer porque deixava para o imigrante.

Então, digamos assim, é uma crise estrutural, porque ela pode ser longa. O Estado capitalista, os organismos mundiais do capital, o Banco Mundial, os bancos europeus, eles podem e têm mostrado competência em acumular em um processo de crise estrutural que ora recupera um país, ora estanca outro, ora empurra o outro lá para o fundo do poço. Quem lembra, nos anos 1980 o Japão se colocava no cenário mundial o país emergente, era o milagre japonês. Há muito tempo que o Japão se encontra em uma crise profunda. Isso não significa que amanhã ou depois o Japão não possa ter uma retomada do seu desenvolvimento, enquanto outro país como a Alemanha que hoje aparentemente navega numa situação aparentemente mais estável na Europa unificada, nos países centrais da Europa, amanhã ou depois a Alemanha poderá perder essa posição de relativa estabilidade porque é um quadro profundo e por isso ela é estrutural. A ideia é de que não estamos numa crise cíclica.

A diferença maior com o Robert Kurz, que infelizmente já morreu, que dizia que nós entramos numa crise catastrófica sem alternativa. Crise estrutural não é o mesmo que crise catastrófica e nem significa que nós estamos na iminência do fim do capitalismo. O fim do capitalismo ou a maior longevidade do capitalismo dependem, ambas as alternativas, fundamentalmente das forças sociais organizadas do trabalho e da capacidade da demolição ou não desse sistema.

G.: Esta crise tende a se aprofundar, quais tarefas colocadas para os partidos de esquerdas e movimentos sociais em escala global?

R. A.: A tarefa fundamental é reconstituir uma esquerda de esquerda. Nós podemos dizer que, grosso modo, especialmente antes de 2008, porque a temperatura das lutas sociais se ampliou, no Oriente Médio as lutas sociais se ampliaram, na Europa Ocidental as lutas sociais se ampliaram, na Ásia as lutas sociais se ampliaram, na América Latina as lutas sociais se ampliaram, nos EUA as lutas sociais também vem se ampliando, com diferenças, mas antes de 2008, por exemplo, vários partidos ditos de esquerda sequer falavam na possibilidade de uma crise sendo que ela já tem elementos estruturais desde a década de 1970. Vários partidos imaginavam que era impossível pensar para além do capital e também para além do capitalismo, eles não imaginavam. Então primeiro desafio dos partidos de esquerda é retomar o vínculo profundo com a classe trabalhadora, compreender essa nova morfologia do trabalho, compreender quem são os trabalhadores e as trabalhadoras hoje, compreender essa juventude que está no mercado de trabalho e não encontra trabalho, só encontra trabalho precário, essa juventude hoje em escala global só encontra trabalho precário. Compreender o papel que os imigrantes tem no mundo inteiro e não é só o imigrante que sai do sul e vai para o norte. É do sul para o norte, do norte para o sul, do leste para o oeste, quer dizer, basta ver que hoje o leste europeu migra para a Europa do ocidente, se você vai à Itália, se você vai à França, à Inglaterra, se você vai à Espanha você não só mais vê os imigrantes do sul do Mundo, mas do leste do mundo: albaneses, romenos. Os países que compunham o ex-bloco soviético, com seu desmoronamento, as massas de trabalhadores migram em busca de melhores trabalhos no ocidente europeu. Mas você vê fluxo migratório, um exemplo do haitiano-brasileiro hoje é visível. Os haitianos saindo desesperadamente da América Central em direção ao sul na esperança de encontrar mais trabalho no Brasil ou mais trabalho na Argentina. Peruanos que vem para cá, bolivianos, etc. quer dizer, você tem um movimento que é decisivo que as esquerdas e os movimentos sociais compreendam, primeiro, quem é que elas estão representando; e segundo, que esses contingentes hoje estão presente nas lutas sociais. Nenhuma dessas lutas sociais que nós estamos nos referindo desde 2007 e 2008, em escala global, ocorreram sem a presença dessa juventude trabalhadora, desse descontentamento, desses novos proletários das cidades. Tem a ver com a degradação brutal da vida nas cidades, tem a ver com a degradação brutal dos empregos, tem a ver com a degradação brutal da república.

Veja, um partido de esquerda, ele não se colocava a possibilidade de uma transformação profunda, isso mostra como setores importantes da esquerda, eu penso fundamentalmente em setores da esquerda europeia, muito prisioneiras do *welfare state*, mas com repercussões profundas em várias partes do mundo, o caso do PT por exemplo [...] Desde que o Lula foi eleito em 2002, e depois tivemos o governo da Dilma, um período de doze anos que está chegando a eleição em outubro desse ano [...]. Eu lembro que o Frei Beto escreveu na Folha, lembro aqui de memória, quando ele saiu do governo, muito amigo do Lula, com íntima relação com o Lula, mas ele dizia alguma coisa na Folha que a coisa que mais lhe assustava no PT é que durante os anos que ele ficou no governo não ouviu o PT falar em

socialismo. Frei Betto dizendo isso. É uma expressão ética e política verdadeira, dizendo que nós não viemos aqui para consertar esse mundo destruído. E muitos setores da esquerda assumiram papel de gestores do capitalismo. E a tragédia é de tal envergadura é que a esquerda, João Bernardo já disse isso muitas vezes, esse crítico social de origem portuguesa, já disse muitas vezes que a esquerda tem sido uma gestora espetacular do capitalismo.

G.: Qual a alternativa que se apresenta para esta crise para a classe trabalhadora? Será a perspectiva Keynesiana, com as reformas do Estado, ou a classe trabalhadora e os partidos de esquerdas e movimentos sociais devem buscar outras alternativas? Se sim, quais?

R. A.: O século XX mostrou a derrota profunda do projeto keynesiano. A intervenção do Estado e a melhoria momentânea do capitalismo ela teve a aparência de ser longa e duradoura na Europa do *welfare state*, do bem estar social. É sempre bom lembrar que os países do *welfare* se resumem a poucos países situados no norte do mundo, fundamentalmente na Europa em especial o norte do norte da Europa, os países escandinavos, a Alemanha, alguns países do norte do ocidente, com alguns desdobramentos no Canadá, bem muito discutível nos EUA e não é possível falar em *welfare state* no Japão. O Japão tem um outra história. Quando o *welfare state* parecia o mais forte nos anos 1960, ele foi destruído num contexto profundo de lutas sociais de 1968-1969, ele foi destruído e veio o ideário e a pragmática neoliberais, que fez com que o keynesianismo virasse pó. A destruição do sistema de capital é tão profunda que nem uma revolução de tipo soviética, que fortaleceu profundamente o Estado conseguiu destruir o sistema do capital. Essa é outra tese importante também do Mészáros. O Kurz trabalha de modo diferente nesse caso. De tal modo que o keynesianismo pode sim ser uma resposta do capital para os seus problemas, por exemplo: quando houve a crise na Inglaterra e depois nos EUA em 2007-2008 o Estado inglês e o estado norte-americano ambos intervieram estatizaram vários bancos e setores da indústria, a General Motors chegou a sofrer um processo de, entre aspas, estatização da sua gestão para resolver a crise para o capital. Isso não tem a ver com os desafios do trabalho.

Então o keynesianismo está, assim como o neoliberalismo, e eles são diferente por suposto, o keynesianismo e o neoliberalismo são as variantes do sistema capitalista e do seu Estado para enfrentar a sua crise. É evidente que há temas para nós em relação ao Estado que nós não vamos abrir mão, por exemplo: nós lutamos pela universidade pública, nós lutamos pela educação pública, nós lutamos pela saúde pública, nós lutamos pela previdência pública. Ilusão é que o keynesianismo é a nossa saída. A saída só pode se dar pela ampliação das lutas sociais, das lutas da classe trabalhadora, nessa nova morfologia, em todas as suas esferas, em todos os seus espaços. E como um cenário que é nacional e é simultaneamente internacional.

Esse ano nós estamos comemorando os 150 anos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O que é hoje uma associação internacional dos trabalhadores? O que levou à criação da AIT em 1864? Fundamentalmente a necessidade de organizar um espaço internacional de organização da luta

dos trabalhadores. Hoje, 150 anos depois, com o capitalismo muito mais mundializado do que naquela época, com transnacionais, 400 a 600 transnacionais dominando mundo, com bancos mundiais, parlamento europeu e governos nacionais garantindo, como sendo verdadeiros gendarmes desse sistema compreendido por essas 400 a 600 transnacionais que dominam o mundo, em particular dentro delas com hegemonia do capital financeiro e de grandes corporações que controlam governos e estados, o desafio só pode ser a ampliação das lutas sociais, com claro sentido anticapitalista. Sem ilusões. O Estado não é neutro. A esquerda padeceu durante muito tempo do fetichismo do Estado, a crença de que o Estado é neutro e quem o controla, muda a sociedade. Só é possível mudar a sociedade a partir da luta social pela base.

Partido dos Trabalhadores – PT

G.: O Partido dos Trabalhadores apresentou-se com proposta de representar o conjunto da classe trabalhadora do país, colocando-se na oposição e apresentando diversas bandeiras de luta, como a reforma agrária, reforma urbana, proposta para melhorar a educação no país, a saúde e as condições de vida desta classe. Após ter chegado ao governo central com Lula em 2002, qual a sua avaliação sobre a postura do PT e também, qual sua avaliação sobre este governo que pretende ser dos trabalhadores?

R. A.: Ora, em primeiro lugar, começo pela segunda parte, não é nem a pretensão desse governo ser dos trabalhadores. O Lula cansou de dizer que o governo do PT era para todos e por excelência o governo Lula foi exemplar como o governo da conciliação. O Lula é um exemplo paradigmático que só encontra um símile no Brasil com Getúlio e como é possível conciliar capital e trabalho e “todos” viverem relativamente bem. Com a diferença de que o Lula sempre disse que no seu governo os ricos ganharam muito dinheiro e disse de novo nessa semana no discurso do PT que ele estava muito ressentido com a burguesia, que tinha se enriquecido muito nos governos dele e da Dilma, e que agora muitos estavam descontentes. Então o governo do PT há muito tempo não se pretende dos trabalhadores. Quando ganhou em 2002 as eleições e falou na carta aos brasileiros, que era uma carta aos banqueiros, que ele seria um governo da ordem. O PT se converteu, agora eu falo do PT, o PT se converteu, num processo complexo, fundamentalmente ao longo dos anos 1990, desertificação neoliberal no Brasil, reestruturação produtiva, a vitória em várias prefeituras, governos do Estado, ele foi pouco a pouco, em um processo complexo, convertendo-se em um partido da ordem. De modo que hoje o PT é o grande partido da ordem. Ele é o maior partido brasileiro. Ele congrega em seu espaço tendências de todos os tipos, desde setores da esquerda que são minoritários e não tem nenhuma importância esses setores de esquerda na cúpula do PT. As corrupções às quais o PT e vários de seus membros estão envolvidos mostram que ele se tornou um partido do grande negócio. E o resultado disso foi que a principal construção partidária da esquerda brasileira desde 1980 foi essencialmente destruída. Isso não significa que eu não tenha respeito por alguns militantes de base do

PT e por singularidades dentro do PT que ainda acreditam que o PT faz o que é possível, mas é evidente que no núcleo dominante do PT hoje nos seus principais quadros que dominam não há nenhuma ilusão de que o PT possa um dia se tornar um partido que defenda os trabalhadores, quando na verdade é um partido que fez com que, bastaria dizer isso, diferentemente do tucanato, cuja privatização é selvagem, o PT é expert na privatização branda. Ambos privatizam. Uma é uma privatização aberta e selvagem, como foi durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mas o governo Lula e o governo da Dilma privatizaram dos aeroportos, o sistema de telefonia, e não fizeram nenhum estancamento à Petrobras que hoje tem a exploração do pré-sal fortemente em mãos de capitais que vão da China a capitais consolidados da Europa, por exemplo.

Então, há diferenças entre o PT e o tucanato? Claro que há. Não de fundo: superávit primário, política privatista, a questão do desenho econômico mais geral são muito similares. Mas há tons diferentes, por exemplo: o assistencialismo social do PT é muito maior do que o assistencialismo social restrito do tucanato. Bolsa Escola do Fernando Henrique diziam atender dois milhões de famílias, o Bolsa Família do Lula hoje atinge mais de 13 milhões de famílias. Basta mostrar essa diferença. Mas agora, ambos são assistencialistas, um ultra restrito e o outro mais ampliado, agora o Bolsa Família é risível. O *quantum* de recursos financeiros destinado ao Bolsa Família é risível quando comparado, no nosso produto interno bruto, ao *quantum* de recursos destinados ao pagamento de juros da dívida. Isso mostra a diferença não essencial entre o governo Lula e o governo Fernando Henrique e entre a Dilma e o Fernando Henrique.

Um segundo elemento que me parece importante, o Lula ao mesmo tempo, especialmente o Lula mais do que a Dilma, abriu o capital ainda mais, buscando as transnacionais, e não tomou nenhuma medida para conter, por exemplo, a entrada saqueadora dos bancos. Ao contrário, o Lula vendia o Brasil como se vende abacaxi em quitanda. E mais do que isso, o Lula pegou setores da burguesia brasileira pelo braço e disse: eu vou transnacionalizar vocês. Bastaria citar que grandes construtoras no Brasil, como a Odebrecht, Andrade e Gutierrez e tantas outras, o Lula pegou pela mão e foi ensinar a fazer o saque, enriquecer, na América Latina, no Equador, na Venezuela, em Cuba, na África. Ou seja, usou o prestígio do Lula para poder transnacionalizar setores da burguesia brasileira. Dizer que esse Governo se pretende dos trabalhadores, nem eles acreditam. Pelo menos nisso o Lula tem sido razoavelmente sincero. Ao menos nisso. Nós defendemos os trabalhadores, mas também a grande burguesia, numa desproporção completa.

Porque a Bolsa Família é uma espécie de migalha para os pobres. É o resto. É o que sobrou da festa. O cardápio especial, esse vai para os andares de cima.

G.: Com relação ao avanço orquestrado da burguesia nacional, exigindo a flexibilização dos direitos trabalhistas, aumento da terceirização e diversas condições precárias de trabalho, não deveriam os partidos governistas que se consideram de esquerda, fazer um movimento inverso, buscando a

preservação destes direitos? Qual o papel que tem cumprido o Partido dos Trabalhadores neste cenário?

R. A.: Primeira coisa que eu acho importante nessa pergunta é precisar “burguesia nacional”. Nós não temos burguesia nacional. Nós temos uma burguesia ampla que compreende setores nacionais e transnacionais e muitos deles estão imbricados. Uma massa enorme de empresas que compreendiam o que no passado nós chamaríamos de burguesia nacional hoje está na mão de uma burguesia associada e transnacional. Então eu prefiro dizer “com o avanço orquestrado da burguesia”. Incluindo setores da burguesia nacional. Eles tem um documento “101 propostas” da Confederação Nacional das Indústrias que é claramente a favor da terceirização, da flexibilização. Os capitais estão jogando pesado já há vários anos para que a terceirização seja liberada também para as atividades fins e não para as atividades meio. Se você libera a terceirização para as atividades fins, você liberou a terceirização para tudo. Atividade fim é aquela atividade fundamental da empresa. A atividade meio é aquela necessária para que a atividade fim seja realizada. Se você elimina essa distinção na lei, porque muitas empresas já terceirizam tudo, mas isso ainda dá um debate jurídico. Se você elimina essa distinção, aí a terceirização se amplia. Eu sou contra a terceirização. Quando se pensa nos estratos da classe trabalhadora, nos estratos de base, eu sou contra a terceirização. Nunca vi nenhum trabalhador de base, não aqueles trabalhadores que estão lá no topo, os gestores, que dispõem de capital cultural, que não são trabalhadores, são gestores, na hierarquia que subordina capital e trabalho, nas esferas de consumo, no seu capital cultural e simbólico não tem nada a ver com a classe trabalhadora. Essa é outra discussão. Na base nunca vi uma trabalhadora terceirizada de limpeza, ou um trabalhador terceirizado de limpeza dizer que quer ser terceirizado e não quer ser trabalhador contratado com carteira e com direitos. Nas nossas pesquisas nós nunca coletamos isso.

Qual é o papel que o Partido dos Trabalhadores tem cumprido? Se eu entender o papel que o Partido dos Trabalhadores tem cumprido, não exatamente o papel que o governo tem cumprido. Se for o papel que o governo Lula e Dilma tem cumprido, no fundo dizem que são contra a terceirização [...]. Eu me lembro do debate que houve na campanha eleitoral passada, de 2010, entre a Dilma e o Serra, os dois dizendo que eram contra a terceirização. Era cômico. Os dois fazendo declarações de ódio à terceirização. Mas se você passar aquele programa hoje, você vai dizer: como é que eles eram contra a terceirização, se eles terceirizam toda hora? O sistema de aeroportos, por exemplo, esse sistema de parceria que o governo está fazendo com capitais indica que todos os trabalhadores dos aeroportos tenderam a ser trabalhadores terceirizados. Porque as empresas que vão fazer a administração por décadas nesses aeroportos, são empresas que praticam a terceirização até a alma. O mesmo na Petrobrás. Vinte e cinco anos atrás a Petrobrás tinha 70% de trabalhadores estáveis e 25%, 30%, no máximo, terceirizados. Hoje é o exato inverso. Três vezes a Petrobrás tem o número de trabalhadores terceirizados em relação ao número de trabalhadores estáveis e acaba de fazer um plano de demissão voluntária para diminuir ainda mais o número de trabalhadores estáveis. Então o governo do PT não tem feito nenhum esforço para preservar.

Então você pode perguntar: mas é igual o governo Fernando Henrique Cardoso? Não, também não é igual. A terceirização do governo FHC é muito mais ampla. Só que o PT e o Lula, no meu modo de entender não foram eleitos para fazer um governo melhor ou pior do que o do Fernando Henrique Cardoso. No meu entender o governo Lula foi eleito em 2002 para fazer um governo distinto do de Fernando Henrique Cardoso. Não é privatizar um pouquinho menos ou um pouquinho mais, dar mais lucros para os bancos. Porque o crescimento econômico que o governo do PT trouxe, beneficiou essencialmente os capitais. É um crescimento econômico capitalista, excludente, discriminatório, que aumentou a rotatividade do emprego, que tem um salário mínimo que ainda é muito baixo e é inaceitável que o Brasil tenha um salário mínimo em torno de trezentos e poucos dólares. Esse é o salário mínimo brasileiro, são trezentos e poucos dólares! Quando você sabe que hoje você não aluga um quarto com banheiro na favela por menos de quinhentos, seiscentos, setecentos reais. Se não for no Rio de Janeiro, porque aí é outra história. Então é um governo muito aquém do que se podia esperar. E o máximo que ele faz às vezes é não ser adepto de uma terceirização ou de uma flexibilização ampliada. Mas está longe de ter tomado medidas claramente contrárias a isso. Na legislação social brasileira não houve nenhum movimento do governo no sentido de impedir as terceirizações. Nenhum movimento do governo. Esse movimento só há dos sindicatos e das lutas sociais.

Movimento social

G.: Professor, nos seus livros, geralmente trata das mudanças no mundo do trabalho, sempre destacando o importante papel do sindicalismo combativo. No entanto, assistimos o atrelamento cada vez maior das Centrais Sindicais ao governo, principalmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surgiu com uma história de luta e se propondo a organizar a classe trabalhadora brasileira. Como você avalia a postura do sindicalismo no Brasil hoje e com relação a CUT, qual sua análise sobre o papel que esta Central cumpre no atual contexto histórico?

R. A.: Com tudo o que eu disse nas questões anteriores, o período que se abriu aqui no Brasil com a eleição do Collor e depois os dois governos do Fernando Henrique Cardoso, nós tivemos uma desertificação neoliberal. Se eu pudesse dizer de modo rápido, o neoliberalismo chegou aqui tarde, mas veio para rachar e rachou. Com tal intensidade que o governo Lula e Dilma, na minha análise, na melhor das hipóteses, nós podemos chamá-los de governos sociais-liberais. Nunca antineoliberais e é óbvio que o neodesenvolvimentismo não nos explica nada. Neodesenvolvimentismo é desenvolvimento capitalista seguindo um padrão que concentra os capitais e deprime o trabalho. Fundamentalmente. Todo o mito sobre a criação da classe média no Brasil é grotesco. Como é que você fala em classe média quando quem cresce no mundo do trabalho no Brasil é quem ganha um salário mínimo e meio, tem alta rotatividade, é frequentemente próximo da informalidade, é mais ou menos informalizado com alguma frequência, é terceirizado dentro da empresa e fora da empresa, ou

seja, são trabalhos precários. No mundo de serviços [...] nasceu um novo proletariado de serviços, *call-centers*, *telemarketing*, hipermercados, *motoboys*, é uma massa enorme de trabalhadores proletarizados, que vivem da produção ou especialmente da circulação dos capitais, como as tecnologias de informação e comunicação que vai dos *call-centers*, na base até o seu topo, a indústria de *software*. E a CUT saiu dos anos 1990 desse tsunami, muito diferente do que quando entrou no final dos anos 1980. Quando nasceu a CUT em 1983, basta dizer, que não havia uma greve no Brasil nos anos 1980 que não tinha a participação da CUT, seja de militantes, seja da direção. Hoje é raro você ter uma greve no Brasil em que a CUT participe. Aliás a Força Sindical tem feito mais greve no Brasil do que a CUT. Porque a Força Sindical está na oposição ao governo Dilma e ela sabe que tem o espaço crítico da classe trabalhadora no que diz respeito aos seus direitos, e que ela está acentuando, independente da finalidade política de uma ou de outra central, a CUT perdeu o espaço. E ela vive uma situação difícil, porque é muito difícil para uma central dizer que está ao lado da classe trabalhadora quando seus principais quadros, seus ex-dirigentes estão todos eles em cargos do governo, ministérios, secretarias, estão no parlamento como porta-vozes do governo, ou na câmara, ou no senado, e em última instância como linha de frente de apoio ao governo. Então a CUT se parece como uma central sindical que quer ter um pé na classe trabalhadora e um pé no governo. Só que é como se você pudesse brincar, um exemplo: esses dois pés, o pé direito e o pé esquerdo, eles vão se alargando, um vai se separando do outro, vai chegar uma hora que ela vai cair feio. E a CUT não consegue, no meu entender, mais independente também dela, tem setores importantes dentro dela [...] por exemplo, no Rio de Janeiro você tem uma CUT mais crítica, tem setores importantes, por exemplo, do *telemarketing*, como você tem ainda alguns sindicatos dos petroleiros que tem uma certa importância, mas a CUT como central sindical perdeu muito a sua força porque ela vive essa esdrúxula situação de ser governo e querer representar a classe trabalhadora e não há espaço para as duas. Não há espaço para as duas conjuntamente. Ou você é apêndice do governo, ou você é um órgão de defesa dos interesses do trabalho.

G.: Você concorda com a tese de que com a chegada do PT ao governo federal, os movimentos sociais foram cooptados? Ficaram na defensiva, deixando de mobilizar os trabalhadores de suas bases?

R. A.: Eu já disse que o processo de cooptação da CUT foi profundo e não só com cargos, mas com FAT (Fundo de Apoio aos Trabalhadores), o imposto sindical. Veja, o Lula retoma no final do seu governo uma proposta do Getúlio e a amplia. O imposto sindical que nunca chegou às centrais sindicais, hoje beneficia e traz milhões para as centrais sindicais. É muito dinheiro que as centrais sindicais recebem. Agora, com esse processo de cooptação ele não cooptou os movimentos sindicais, ele cooptou muitos movimentos sindicais. Cooptou mais intensamente ou menos intensamente. Nós estamos vendo ainda hoje uma ocupação importante dos movimentos dos trabalhadores sem-teto em São Paulo que não são cooptados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, vive uma dificuldade, porque ele faz ocupação de terras praticamente todos os dias. É um movimento social muito importante. Agora nós sabemos que dentro do MST há uma disputa dura, ainda que majoritária, em reconhecer que é melhor um governo do PT do que um governo tucano. E é claro que uma política desse tipo começa a trazer consequência. Mas eu não diria que há uma cooptação dos movimentos sociais em geral. Há um processo de cooptação dos movimentos sociais. Veja, é muito difícil você trabalhar com o governo Lula, como seu opositor. Uma coisa é você se opor ao governo Collor, ou mesmo o governo Fernando Henrique. O governo Fernando Henrique nunca teve nenhuma força nos movimentos populares, nenhuma. Ele foi eleito por uma alquimia do plano real. Tanto é que foi esse o discreto charme do Fernando Henrique que fez ele se tornar conhecido. Quando os movimentos sociais dialogam com um governo como o do PT, estão dialogando com quadros que se formaram nas lutas sociais e sindicais, é mais difícil. Veja, há um processo de cooptação grande, mas também há essa ideia de que há muitos movimentos sociais que não aceitam nenhum tipo de cooptação e estão na linha de frente. [Por exemplo], o Movimento do Passe Livre, como as lutas vem mostrando. E não é de agora, o Movimento do Passe Livre tem pelo menos oito ou sete anos na labuta. Várias capitais do Brasil têm tido lutas muito importante por passe livre. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto tem tido lutas importantes, é só lembrar da ocupação importante de São José dos Campos, o Pinheirinho. E eu quero aqui sugerir uma ideia que eu venho dizendo há vários anos: os sindicatos que quiserem ter longevidade no século XXI, eles tem que olhar mais para os movimentos sociais do que para a institucionalização e para a burocratização que estão vivendo. Eles têm que ser mais abertos. Porque o movimento social se ele não representar a base para a qual ele se pretende representar ele desaparece. Não tem como nem burocratizar muito o movimento social, porque ele não tem contribuição sindical, ele não tem cotização sindical, ele não tem imposto sindical, ele não tem FAT. Então a burocratização e a institucionalização dos movimentos sociais é mais difícil. É mais fácil o movimento social desaparecer do que ele se burocratizar e se tornar um aparato burocrático. Embora isso também ocorra, estou falando em termos gerais. Então os movimentos sociais são tendencialmente mais livres, mais autônomos e tem força quando tem base. A tragédia do sindicalismo é que pode sobreviver sem base nenhuma, pela estrutura sindical atrelada ao Estado, pela unicidade sindical imposta por lei e pelas verbas, imposto sindical e outras que garantem seu domínio.

Socialismo

G.: Diante da profunda crise do capitalismo, em escala global, afetando a classe trabalhadora, poderíamos afirmar que a luta pelo socialismo se fortalece? Neste contexto, qual a contribuição dos movimentos sociais para a transformação social?

R. A.: Sim, em tese sim. Mas para a luta pelo socialismo se fortalecer nesse contexto, não basta só a crise do capitalismo. É preciso que amplos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras percebam que esse

sistema, na sua vida cotidiana, no seu dia a dia, não lhes dá nenhuma perspectiva de futuro e nem de presente. O Lukács tem uma passagem na *Ontologia do Ser Social* que me ajuda a explicar bem o que eu quero dizer aqui em sábias palavras: na vida cotidiana nós temos infinitos momentos em que nós dissemos “se” e “mas”. Será que vamos fazer isso? Será que vamos fazer aquilo? Mas são questões quase irrelevantes da vida cotidiana. Será que eu vou para o trabalho de carro, ou de trem, ou de ônibus? Isso não é uma questão crucial. São questões que tocam a vida cotidiana, mas não estou mudando o mundo ao fazer isso. Então esse “se” e “mas” existem na vida cotidiana em abundância. Mas existem alguns momentos cruciais na história, diria o Lukács, que são momentos de crise, e de crise revolucionária, quando a possibilidade real das revoluções aflora, quando essa infinidade de “se” e “mas” se condensam em algumas questões cruciais que mudam a vida das maiorias. Liberdade, igualdade e fraternidade mudou o curso da história da Idade Média Feudal e Clerical para a Idade Moderna, para a Era das Revoluções Burguesas que destruíram os domínios feudais. “Pão, paz e terra” não era isso na Revolução Russa? Veja, pão, a fome; paz, o contexto da guerra que aniquilava os jovens, filhos dos pobres que lutavam no exército russo na primeira guerra e morriam; e terra, porque o país tinha abundância de terra concentrada em mãos feudais.

Então, quais são as questões vitais hoje? É preciso avançar nas questões vitais. Isso entra na próxima questão de como podemos avançar o socialismo hoje? Combinando, primeiro, na ampliação das lutas sociais em todos os níveis em que elas ocorrerem; segundo, essas lutas tem que ter uma dimensão extrainstitucional e extraparlamentar. As esquerdas não podem gastar o seu oxigênio nas lutas institucionais e nas lutas do inimigo. Nós temos que ampliar as lutas extraparlamentares, as lutas não institucionais. Incentivar e ajudar na organização, na organicidade dessas lutas sociais, nessa pletera de lutas sociais. Ajudar na compreensão de quais são as questões vitais hoje; trabalho dotado de sentido; produção de coisas úteis; combater em todas as esferas a mercadorização da vida, a comoditização da vida; lutar contra o sistema dominante da mercadoria, que é uma luta essencialmente anticapitalista; lutar pelo tempo de vida no trabalho e pelo tempo de vida fora do trabalho, como ambos dotados de sentido, um tempo de vida no trabalho desprovido de sentido, essa é uma tese vital do meu livro *Os sentidos do trabalho*, tende a fazer que o nosso tempo de vida fora do trabalho também seja desprovido de sentido. Nosso tempo de vida, nosso eu digo das grandes populações, fora do trabalho hoje é o consumo do shopping, é o entretenimento da televisão global. Nós temos que recuperar o tempo de vida dotado de sentido no trabalho e fora. Isso nos opõe ao sistema do capital. Nós não queremos uma sociedade produtora, como é o capitalismo hoje. Qual é o sistema de metabolismo social do capital? Tempo necessário de reprodução do trabalhador e da trabalhadora à sua família, mais o tempo excedente, a mais-valia, que é apropriada pelos capitais. Grosso modo esse é o regramento que funda o sistema de metabolismo social do capital. Um sistema de metabolismo social, de um mundo emancipado deve ser o tempo disponível de homens e mulheres que no exercício de um trabalho autônomo e coletivo, produzam coisas úteis. Esse é o desafio crucial. Para o qual, por exemplo, as comunidades andinas indígenas podem nos ensinar. Nós temos que recuperar uma concepção de vida e natureza, vida humana e natureza, a qual as comunidades andinas sabem melhores

que nós, porque eles tinham um relógio natural que era o relógio da vida. Trabalhavam para o seu consumo, descansavam, repousavam. Hoje a situação é tão trágica que nós trabalhamos no nosso tempo de trabalho para o capital e quando nós chegamos nas nossas casas, continuamos com nosso tempo livre, de não-trabalho, trabalhando para o capital, quer com os celulares, quer com os computadores. Estamos conectados com o mundo empresarial de tal modo que estamos disponíveis vinte e quatro horas para o capital. Tudo isso tem que ser mudado.

G.: Como podemos avançar na perspectiva do socialismo, em contexto de profunda crise mundial e quando considerável parte da esquerda mundial vem adotando um discurso reformista de Estado? Como pensar também neste projeto socialista, quando o movimento sindical, além de estar na defensiva, está cada vez mais cooptado pelos governos?

R. A.: Veja, eu nunca escrevi que os sindicatos iam desaparecer. Eu acho inclusive que enquanto existir capitalismo, exploração do trabalho, destruição de direitos, nós teremos sindicatos. Agora, do século XIX para o século XX houve uma grande mutação. Os sindicatos antigos de ofício do século XIX não davam conta da grande indústria do século XX e nasceu um sindicalismo da grande indústria, um sindicalismo daquilo que os italianos chamam de operário-massa. A Volkswagen do Brasil chegou a ter quarenta mil trabalhadores, a General Motors tinha também, a Ford. Eu visitei a Ford em meados da década de 1980 e era uma cidade. Qual é o sindicato do século XXI? Primeiro, ele tem que compreender essa nova morfologia da classe trabalhadora: homens, mulheres, qualificados, não qualificados, nativos, imigrantes, terceirizados, não terceirizados. Quantas vezes nos anos 1990 os sindicatos faziam acordos para garantir o trabalhador tipo CLT regulamentar e diziam que os terceirizados eles não representavam? Se a classe trabalhadora hoje tem um nível altíssimo de terceirizados (...) Quantos terceirizados nós temos no Brasil hoje? Quinze milhões? Eu penso que são mais. Quantos trabalhadores na informalidade nós temos hoje? Milhões. Nós temos trinta milhões com carteira de trabalho, e a nossa população economicamente ativa está na casa de cem milhões. Então tem um amálgama de forças sociais do trabalho que não é possível um sindicato verticalizado, burocratizado, criado na época do getulismo sustentado por imposto sindical, não é esse que vai representar. Eles tem que rever, na alma, primeiro, se eles querem ser um sindicato de classe ou não. Se querem ser um sindicato de classe, quem é a classe que eles representam hoje, ou os grupamentos sociais que estão sendo representados? Por isso eu te dizia há pouco que os sindicatos poderiam se inspirar mais nos movimentos sociais. Porque o movimento social que não representa abrangentemente, aquele contingente que ele quer representar, ele desaparece. E isso pode ser um belo ponto de partida para um sindicalismo de classe para o século XXI.

Movimentos sociais recentes no Brasil

G.: Como você sente o atual momento do país, após as grandes e intensas manifestações país afora no mês de junho? Qual o sentido e perspectivas para os quais apontam estas manifestações?

R. A.: Primeiro o mito de que o governo do PT, Lula e Dilma, tinham mudado o país ruiu. O mito ruiu. Não houve classe média ascendente. Classe média, só abrindo um parênteses, é um conceito muito mais complexo. Classes médias são aquelas classes que, primeiro, não são nem parte da classe burguesa proletária e nem parte da classe trabalhadora; segundo, se diferenciam da classe burguesa e da classe trabalhadora, pela sua inserção no mundo do trabalho. As classes médias são prevalentemente aquelas que exercitam um trabalho mais intelectual e menos manual e que por consequência, por tudo isso, (eu não vou fazer uma exposição longa aqui) tem atributos de consumo, dispõe, para lembrar Bourdieu, um capital cultural seus hábitos de consumo, seu capital cultural, onde os seus hábitos de consumo não são os da classe trabalhadora e sonham, sem poder ser, os da burguesia. Bom, é tudo menos isso o que cresceu no Brasil sob o governo Lula. O que nasceu no Brasil no governo Lula foi um novo proletariado urbano e de serviços, que acreditou que estudando melhoraria. Foi pagar universidade privada que é uma porcaria, algumas exceções que a gente deve a docentes íntegros que trabalham seriamente em faculdades privadas e isso é tão verdade que, quando eles trabalham seriamente, eles são mandados embora, porque tem que sofrer o arrocho salarial, eles não conseguem ter o salário digno nessas faculdades, então o ensino da faculdade privada se mostra insuficiente para qualificar um trabalhador. Então ele trabalha para pagar a faculdade, imaginando que, fazendo a faculdade, ele vai ascender em um emprego melhor e seu emprego é um emprego de alta rotatividade, 60%, 70% de rotatividade, que esse seu emprego tem. De modo que ele não tem o mínimo de estabilidade nesse trabalho. Ele pega o transporte coletivo que ele paga caro e o transporte coletivo é de péssima qualidade. Se é o trem, ou se é o ônibus, nem se fala; se é o metrô, que em geral é o transporte coletivo melhor, a estrutura dos metrôs a rede de transporte, em geral, você compara, por exemplo, o metrô de São Paulo, que é um metrô grande, com o do México, com o de Buenos Aires, para não falar do metrô parisiense ou inglês de Londres, a diferença é brutal. Porque lá você tem um sistema de metrô que cobre praticamente toda cidade e é bem servido. Aí ele vai para o hospital público, ele é maltratado. Ele vai para um convênio privado ele é maltratado, porque o convênio é fraco. É isso que explodiu o país. O mito ruiu. O mito do país que tudo dava certo ruiu. E ruiu num contexto de espetacular de (1) sublevações em escala mundial, onde todos hoje podem ver as sublevações mundiais; (2) desmoronamento e desgaste de um governo que dizia que veio para mudar e mudou tudo para que tudo continuasse como estava antes, no fundo essa foi a tragédia do PT: mudou tudo, por certo entre aspas, para tudo continuar como está. Quer dizer, é um transformismo, de que fala Lampedusa, ainda mais profundo. Mudou tudo para nada essencialmente mudar. É o Lampedusa do século XXI; (3) o contexto da Copa das Confederações do ano passado. O padrão FIFA funciona porque é para os ricos, estádio não é mais para negros e pobres, o entorno dos estádios não é mais para os pobres venderem a sua água, ou o seu salgadinho e poderem sobreviver. Não! É para os ricos. E vamos entrar agora em junho em um contexto onde ninguém sabe o que vai acontecer. Nós não sabemos nem quem vai ser

campeão, nós não sabemos nem como vai ser a Copa, nem se a Copa vai ser inteirinha até o fim, e se for até o fim, o que é mais provável nessa altura, a que preço, a que repressão. Nós vamos ter mortes? A repressão já está preparada. Quer dizer, a FIFA está impondo uma repressão dela também. As nossas tropas que foram lá no Haiti controlar a organização popular e reprimir a organização no Haiti aprenderam a fazer luta urbana, a guerrilha urbana. Eles vem executar aqui o que ficaram anos treinando lá. Então, o cenário é profundo. Agora, essas manifestações, que voltam agora, e nunca deixaram de existir desde junho, todos os dias nós temos no Brasil, se elas terão grande amplitude de centenas de milhares nas ruas de novo ou não nós vamos ver, elas colocam um desafio. Essa juventude que cresceu trabalhando precarizada, esse novo proletariado jovem, não industrial de serviços não aceita o país que lhes foi ofertado. Não é para isso que eles lutaram.

G.: Você concorda com a tese de que a esquerda e movimentos sociais, como as centrais sindicais, foram pegas de surpresa, quando eclodiram as manifestações pelo país?

R. A.: Completamente. O PT estava fazendo o bolo de aniversário dos dez anos de governo que mudou o Brasil. E o que aconteceu foi que as manifestações sociais roubaram o bolo. Nas festas do PT não ficou nem o resto do glacê. Sabe o resto do bolo que fica no prato que alguém passa a mão porque é o que sobrou? Porque uma coisa é você ouvir falar da Tunísia, do Egito, na explosão dos jovens da Espanha, de Portugal, outra coisa é você ver, como vimos em São Paulo, no Rio, em todas as capitais do Brasil, em todas as cidades médias do Brasil, na periferia do Brasil e nas cidades pequenas, imagina uma cidade que tem vinte mil pessoas você poder presenciar dez mil numa manifestação. Então, quer dizer, alguma aconteceu. E os primeiros dias, todos nós nos lembramos, daquela, acho que foi uma quinta-feira, ou quarta, não lembro agora, em Brasília, toda aquela manifestação que inclusive houve tentativa de tomada do palácio, onde temos aquela fotografia espetacular, os manifestantes tomando a cúpula do palácio, foto tirada no começo da noite que é belíssima, aquele dia A Dilma saiu do Palácio do Planalto, segundo o que a imprensa noticiou na época, me lembro aqui de memória, depois das oito da noite, em um helicóptero militar e entre quinta, sexta, sábado, domingo, na segunda-feira ela fez uma manifestação. Eles não tinham a menor ideia do que estava acontecendo. Os partidos como o PT não tinham a menor ideia. Tinham ideia do que podia acontecer, os movimentos populares, o movimento da periferia, uma certa juventude de alguns partidos, por exemplo, a juventude do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), do Partido dos Socialistas dos Trabalhadores Unificado (PSTU), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que percebiam. Agora tem um elemento aí que é a contingência na história. Nenhum de nós imaginávamos. Nós sabíamos que o cenário tinha a aparência de que tudo vai bem, mas o cenário era na base corroído. Porque, veja, é raro na história, quando ocorrem três conjugações: um cenário internacional, favorável às lutas nos últimos cinco ou seis anos, lutas em todas as partes do mundo; um cenário nacional do fim de um ciclo que parecia um ciclo virtuoso e se mostrou um ciclo mentiroso e esse ciclo não começou com o PT, porque tragicamente o governo Lula não foi o desmonte do governo Fernando Henrique, mas foi sua

continuidade, nisso não paira nenhuma dúvida. Com as diferenças que eu já mencionei aqui. E, terceiro, num momento em que a população percebia que para os ricos tudo funciona, para nós nada. Quando essas três curvas se juntaram, deu curto circuito. Sabe quando os fios se juntam e dá aquele choque? Deu choque. Aí a polícia entrou arrebrandando, dizendo que eram os vândalos, e houve uma manifestação em São Paulo e no Rio, especialmente em São Paulo onde até jornalista foi brutalmente reprimido, vários deles. Lembro de uma jornalista da Folha de São Paulo com um tiro de borracha no olho que quase a cegou. Alguns jornalistas ficaram gravemente feridos, um ficou cego, se eu bem me lembro de uma imprensa alternativa. E isso causou uma comoção, onde não só os jovens iam para a luta, mas os pais diziam eu vou com vocês e o vizinho dizia: eu vou também. E isso ganhou as ruas. E esse movimento ganhou um caráter mais polifórmico, policlassista e polissêmico, porque aí começou aparecer também um movimento onde as classes médias conservadoras foram, as direitas tentaram ganhar espaço, onde grandes setores da mídia passaram a apoiar o movimento desde que eles fossem contra os políticos, os partidos, as esquerdas, as bandeiras. Houve movimentos, como todos nós sabemos onde setores da esquerda foram reprimidos e agredidos por alguns grupamentos minoritários, mas muito raivosos de extrema-direita, eu mesmo vi isso aqui em Campinas e nós vimos no país inteiro, mas no seu conjunto esse movimento nasceu como reivindicação autêntica pelo passe livre, pela educação, por um país diferente. Nós imaginávamos que o país que estava sendo construído era diferente e nós estamos vendo que ele não é diferente. As suas mazelas estão se reproduzindo. Por que não é diferente? Porque todas as mudanças, entre aspas, feitas nos doze anos do governo Lula, todas, nenhuma delas conseguiu tocar na estrutura fundante da miséria brasileira. Você não elimina a miséria brasileira com bolsa família. Você pode minimizar os bolsões da miséria absoluta. Hoje se considera quem ganha mil, mil e cem reais como indivíduo de classe média, isso é risível. Quem ganha cem reais por mês em uma família já não é mais parte da miséria. Cem reais por mês! Quando você vai comprar um quilo de carne custa trinta reais. Esse movimento ruiu.

G.: Estariam os movimentos sociais adormecidos por não terem captado/percebido esta indignação juvenil?

R. A.: Não, porque o Movimento do Passe Livre é um movimento social e não estava adormecido, estava vivo. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto não está adormecido, está vivo. Quem, de certo modo, estava adormecido são os partidos, não todos, mas parte deles, mesmo entre a esquerda, tem muitos partidos de esquerda importantes que tem um núcleo juvenil que é muito combativo. Eu pude ver no PSol, por exemplo, no Rio Grande do Sul, uma juventude profundamente ligado ao movimento pelo passe livre. Nós sabemos que no PSTU tem um setor do PSTU tem uma juventude ligada a liberdade sexual, a liberação e a descriminalização da maconha, que são bandeiras da juventude, entre tantas outras. Mas, grosso modo, a maioria dos partidos de esquerda ainda pensa na próxima eleição e no próximo deputado, mesmo na esquerda. Isso é uma tragédia, porque as lutas sociais são extraparlamentares. Não são antiparlamentares, são extraparlamentares. Os movimentos sociais não

estavam adormecidos, alguns sim, outros foram vitais. Sem o Movimento do Passe Livre nós não teríamos as rebeliões de junho do ano passado. Foi o Passe Livre que vem fazendo luta há anos. Então, a gente não pode generalizar. Assim como os sindicatos. Muitos sindicatos estavam na luta. É que isso é uma coisa diferente, mas essa é a última questão e eu vou deixar para ela...

Classe trabalhadora

G.: Professor, se os desafios para a classe trabalhadora, neste contexto, são imensos, como podemos avançar, quando setores do próprio marxismo, jogam todas as fichas em apenas um setor desta classe? A defesa de que classe trabalhadora são aqueles que estão no chão da fábrica e, portanto, são somente eles os revolucionários, não seria uma visão equivocada, diante de tantas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, do século XIX, até os dias atuais? Neste sentido é que perguntamos também: quem é a classe trabalhadora hoje e qual seu papel no processo de transformação social?

R. A.: É vital essa pergunta. Qual o setor mais importante da classe trabalhadora brasileira? Nem deus sabe, porque para muitos de nós deus não existe, e se deus não existe o setor mais importante da classe trabalhadora é aquele que em um dado momento da história, de um país, ou de uma época está impulsionando as lutas sociais. Na Argentina em 2001, era os desempregados, com os piqueteiros. No Brasil, na luta contra a ditadura, a partir de 1978, 1979 e 1980, a classe trabalhadora operária-industrial, metalúrgica, que rapidamente se esparramou para professores, bancários, médicos, assalariados médios, compondo uma ampla classe trabalhadora. O polo revolucionário da Revolução Chinesa, liderada por Mao Tsé-Tung, foi o campesinato, liderado por um grupamento revolucionário que na China assumiu um papel de vanguarda, mas sem campesinato não haveria revolução. E na Bolívia, você pode combinar, como no Chile, ou em outros países, setores da classe trabalhadora, você pode encontrar desde mineiros no passado recente até hoje, até setores dos jovens do movimento estudantil chileno que estão se rebelando e nessas lutas ajudaram a classe trabalhadora chilena. Os jovens tiveram um papel muito importante nos últimos quatro ou cinco anos denunciando a ditadura pinochetista e a sua continuação na política neoliberal, para que o movimento operário e da classe trabalhadora chilena começasse a sair das trevas e se iniciasse um processo de reorganização. Então a classe trabalhadora hoje ela é muito ampla. Ela é composta pelo proletariado industrial, ela é composta pelo proletariado de serviços. Veja, com a privatização neoliberal, com a monumental reestruturação produtiva do capital e com a financeirização da economia o setor de serviços, que no passado, até o final dos anos 1960, eram públicos por excelência, ou predominantemente públicos, se tornaram privatizados, geradores de lucro e alguns deles geradores de mais-valia. Marx nos ensinou, basta ter uma leitura marxiana, no volume dois do capital que a indústria de transportes, que não é propriamente uma indústria, como nós conhecemos, as indústrias de transportes são caminhões, ônibus e trens que transportam mercadorias e pessoas. Marx diz que a indústria de transporte gera mais-valia. Por quê? Porque ela é vital para o

tempo de circulação do capital, especialmente daqueles produtos perecíveis. Se você tem um produto perecível e a circulação do capital, na esfera de circulação das mercadorias não é feito em curto tempo as mercadorias apodrecem e a mais-valia gerada na produção da mercadoria não se efetiva. Então há um novo proletariado de serviços hoje que tem um papel importante. Então, por exemplo, nas rebeliões de junho no Brasil, se você olhar o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), o Datafolha, eles mostram que mais de 70% dos participantes, pelo menos nas grandes capitais, eram jovens que trabalhavam, fundamentalmente nos serviços urbanos: supermercados, telemarketing, comércio, turismo, que depende desse ônibus, metrô e transporte porque esse jovem mora na periferia, fica duas, três, quatro horas, às vezes no transporte para chegar no trabalho, depois vai estudar de noite e quando ele chega de madrugada em casa [...] sai de madrugada! Que vida tem um jovem que chega de madrugada? E não é porque foi na balada. Balada é no fim de semana. Ele chega segunda, terça, quarta-feira de madrugada em casa e sai de madrugada. Essa é a vida cotidiana de milhões de trabalhadores jovens. É claro que essas rebeliões tiveram como ancoragem social principal essa jovem classe, que na Europa se chama de precariado. Entre nós quem melhor faz essa discussão é o Ruy Braga que chama de precariado essa juventude precarizada. Eu prefiro chamar, só para não poder parecer que o conceito é europeu, e o Ruy resolve muito bem essa questão, porque ele mostra isso na classe trabalhadora brasileira, mas eu prefiro chamar de jovem precariado, precarizado, fundamentalmente vinculado ao setor de serviços que se rebelou. Que saía do emprego e via a manifestação e engrossava. É muito diferente de um trabalhador que está na indústria e que não vai parar uma fábrica para engrossar uma manifestação como aquelas de junho, porque a fábrica é uma prisão. Para você parar uma fábrica e fazer uma greve geral você tem que fazer um trabalho, ou é um processo de transformação revolucionário onde tudo o que é sólido está derretendo. Então esses levantes foram muito mais dessa jovem classe trabalhadora. O que não quer dizer que a classe trabalhadora tradicional está morta. Se você pegar a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), greves no Brasil, 2012 foi o ano que o Brasil teve as mais altas taxas de greve desde os anos 1980, desde o final dos anos 1980 onde as greves foram altíssimas. Os dados que o Dieese está preparando para as greves de 2013 mostram que 2013 foi ainda maior que 2012. Então, há greves da classe trabalhadora, digamos assim, tradicional. Não diziam que os bancários não iam fazer nunca mais greves? E todo ano tem greve dos bancários. Ela é diferente. E a classe trabalhadora que participa diretamente da geração de valor, mais-valia, é potencialmente, no plano da criação do valor, mais importante. Mas politicamente é mais importante quem está exercitando um sentido de pertencimento de classe e de consciência de classe e de consciência política, porque a consciência de uma classe depende não só da criação do valor, mas da contextualidade e da forma pela qual a luta entre as classes se manifesta e isso é vital. Daí que nos anos 1990 eu publiquei dois livros: em 1995 o *Adeus ao Trabalho?* e em 1999 *Os sentidos do trabalho*, nos dois livros você vai perceber, a exceção deixa de ser exceção e tende a ser regra, o trabalho precarizado, terceirizado, *part-time*, que é exceção, vai tender a ser a regra. O trabalho informal, etc. tender a ser a regra. Tese dois, são as duas teses que estão nos dois livros: nós vamos entrar numa nova fase onde vai aumentar a

temperatura da luta de classes em escala global e eu acho que é muito visível hoje, só não vê quem não quer, então nós adentramos na nova era da luta de classes em escala global. Só que essa luta de classes é diferente da do século XIX e do século XX. Ela tem greve? Ela tem greve. Ela tem manifestação? Ela tem manifestação. Ela tem ocupação de praça pública? Ela tem ocupação de praça pública. Ela tem uma nova morfologia. O que é importante é que a temperatura social aumentou. E essa temperatura social aumentando abre possibilidades para a história que muitos imaginavam que ela não existia. Inclusive dentro da esquerda. Tomara se reedifique na esquerda um pensamento capaz de olhar e aprender refletir sobre essas lutas sociais e continue de algum modo com a reconstituição de um novo modo de vida para o século XXI, que não pode se esse modo de vida capitalista e dominado pela lógica da mercadoria e pelo sistema do metabolismo social do capital.

Comentários de Ariovaldo dos Santos às respostas dadas à entrevista do professor Ricardo Antunes sobre “A crise do capital, a classe trabalhadora, o partido dos trabalhadores e os movimentos sociais e o socialismo”.

Crise

G.: A crise sistêmica e estrutural do capital, tem contribuído para aumento do desemprego nos países centrais, implicando também no aumento do trabalho precário, por milhões de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Neste sentido, gostaríamos que o senhor comentasse sobre esta crise mundial e suas implicações para a classe trabalhadora.

A. S.: O Ricardo toca em dois pontos de grande importância para uma reflexão crítica a respeito do estágio atual no qual se encontra o modo de produção capitalista. O primeiro refere-se à necessidade de tratar a crise enquanto um problema estrutural que perpassa a acumulação de capital. Problema que, logicamente, desdobra-se em uma multiplicidade de outras implicações para o conjunto da sociabilidade, como, por exemplo, as dificuldades que a chamada esquerda encontra para organizar uma resposta à própria crise estrutural. De qualquer modo, ao tratar a crise como estrutural escapa-se do referencial comum cotidiano, muito difundido na mídia e em vários momentos do pensamento acadêmico, de que se estaria diante de disfunções sistêmicas, de tal modo que bastaria rearranjar as partes doentes, no mais puro espírito positivista, para que o organismo voltasse a funcionar em pleno estado de saúde. Grande parte das análises que surgiram o pós 2008 caminharam ancorados nesta compreensão. Destaque-se que esta maneira de analisar não tem nada de inocente, contribuindo diretamente para mascarar as profundas contradições que atravessam o estágio atual do modo de produção capitalista.

Um segundo ponto de grande importância destacado pelo Ricardo é o fato de que tornou-se impossível, nesta fase avançada do desenvolvimento do capital, ter por horizonte uma reconstituição

das bases que favoreceram aquilo que Alain Bihl denomina por modelo social-democrata de desenvolvimento. Os países do capitalismo avançado, em razão da pressão difusa, mas ainda existente de setores da classe trabalhadora, não assistiram ainda à derrocada total de conquistas estabelecidas. Mas verifica-se, ano a ano, como renovam-se as investidas do capital para criar legislações paralelas que comprometam as bases do chamado Estado Providência ou do *Welfare State*, ainda que ambas denominações sejam portadoras de uma forte carga mistificadora e ideológica.

Destacaria, no entanto, que no atual estágio de nossas pesquisas, seria necessário repensarmos a ideia de trabalho precário. Primeiro, em razão de que sob o controle do capital e, mais abrangentemente ainda, no âmbito da sociedade de classes, por pautar-se a sociedade nas relações de exploração, a extração da força de trabalho tende, necessariamente, a ser marcada pela precariedade. Segundo, pelo fato de que a discussão do trabalho precário, forjada no âmbito da crise dos anos 1970, fundamentalmente, apontada pelo Ricardo, tendeu a lançar a discussão mais para o plano jurídico do que para a discussão da essência do problema, isto é, as relações de exploração impostas pelo capital e o imperativo de serem superadas por uma outra ordem societal, dada pelo socialismo e o comunismo.

G.: Esta crise tende a se aprofundar, quais tarefas colocadas para os partidos de esquerdas e movimentos sociais em escala global?

A. S.: Na construção de uma agenda que conduza a um avanço do conjunto da classe trabalhadora seguramente o problema que se coloca, do ponto de vista organizativo, é a construção de uma esquerda que possa, efetivamente, ostentar esta denominação. As mobilizações coletivas ganharam em certa intensidade nos últimos anos. Diferentemente do Ricardo eu não as nominaria de movimentos sociais e, assim o fazendo, penso, fundamentalmente, na ideia que atravessa o conceito de movimentos sociais na obra marxiana, isto é, a identificação dos movimentos sociais como manifestação da classe trabalhadora organizada. Se formos olhar de perto, para além da importância que os protestos e as ações em curso possam ter, elas ainda estão em um período bastante difuso. O por teleológico correto está ainda distante. Mesmo enquanto embrião de lutas futuras, são manifestações duvidosas e, creio, de caráter bastante limitado. Porém, elas colocam um fato, apontado pelo Ricardo, isto é, a necessidade de construção de um partido distinto, que, de um lado, aponte para a superação da sociabilidade burguesa e que, de outro, faça isto não apenas como ato discursivo e sim como práxis verdadeiramente evolucionária. Na Europa existem partidos radicalizados. Com certeza. No Brasil, existem organizações que se pretendem enquanto tal. Efetivamente existem! Mas observamos, ao mesmo tempo, a dificuldade que encontram para transformar o plano discursivo em práxis efetiva. Enquanto na Europa se assiste ao crescimento da extrema direita, no Brasil, em épocas eleitorais, o discurso mais radicalizado acaba perdendo até para um candidato evangélico. Isto revela problemas no terreno ideológico que precisam ser superados. O problema é que, quando a esquerda se repensa, ela acaba pendendo para a matriz social-democrata e envereda cada vez mais pelo reformismo pequeno-burguês, como é o caso do Partido dos Trabalhadores. Soma-se a isto a necessidade de se articular, mais

finamente, a construção do partido distinto, no sentido que Marx e Engels davam a esta expressão, com as utas coletivas, que, hoje, aglutinam indivíduos muitos dos quais se posicionam contrariamente à própria ideia de partido como diretor das lutas.

Ainda que hoje se assista a um esforço para resgatar o keynesianismo como uma saída, é evidente que a saída, da perspectiva da classe trabalhadora, não se faz inserindo-a na lógica de uma classe que estaria indo ao paraíso por ter acesso a mercadorias que antes estavam distante de seu horizonte visual. Com certeza, como diz o Ricardo, o caminho, em um projeto de esquerda com perspectiva emancipatória, passa pelas lutas sociais e, não menos importante, o resgate do internacionalismo proletário, sobretudo nos quadros da constituição do “mercado mundial”, como dizia Marx, ou, simplesmente da mundialização do capital, como correntemente se diz hoje.

Partido dos Trabalhadores – PT

G.: O Partido dos Trabalhadores apresentou-se com proposta de representar o conjunto da classe trabalhadora do país, colocando-se na oposição e apresentando diversas bandeiras de luta, como a reforma agrária, reforma urbana, proposta para melhorar a educação no país, a saúde e as condições de vida desta classe. Após ter chegado ao governo central com Lula em 2002, qual a sua avaliação sobre a postura do PT e também, qual sua avaliação sobre este governo que pretende ser dos trabalhadores?

A. S.: Ainda que concorde que do ponto de vista mais amplo o Partido dos Trabalhadores representa cada vez menos os interesses reais da classe trabalhadora, se pensarmos na construção de um projeto humano-societário distinto, eu destacaria, até de modo complementar à fala do Ricardo, que os rumos seguidos pelo PT deveriam surpreender menos do que tem surpreendido. Há aquela certa leitura de que o PT traiu o compromisso com a classe trabalhadora quando, na realidade, por mais importante que tenha sido o seu surgimento, no quadro das lutas sociais que estavam sendo travadas por amplos setores da classe trabalhadora a partir de 1978, com as greves no ABC paulista, o partido nasceu de um amálgama possível. Basta ler os documentos de fundação para ver as tensões internas que ele contém. Fala-se de emancipação mas também de luta pela democracia, etc. Claro que, passado o período mais tensionado e com o refluxo das lutas dos trabalhadores nos anos 1980 e 1990, as tensões internas tendessem a explodir e o que se viu é que, no debate interno, tanto o PT quanto a CUT tenderam para a chamada “modernidade” proposta pelos referenciais social-democratas. Lula já era expressão disto, se pegarmos, por exemplo, uma entrevista que deu nos anos 1980 à antiga Revista Ensaio. Então, penso que hoje poderíamos nos afastar daquela ideia de que o PT frustrou as expectativas da classe trabalhadora uma vez que, desde sua origem, eram limitadas as possibilidades de, efetivamente, apresentar à classe trabalhadora um projeto que ultrapassasse a dimensão institucional que lhe garantiu existência.

G.: Com relação ao avanço orquestrado da burguesia nacional, exigindo a flexibilização dos direitos trabalhistas, aumento da terceirização e diversas condições precárias de trabalho, não deveriam os partidos governistas que se consideram de esquerda, fazer um movimento inverso, buscando a preservação destes direitos? Qual o papel que tem cumprido o Partido dos Trabalhadores neste cenário?

A. S.: Penso que o quadro traçado pelo Ricardo, mostrando distanciamentos e aproximações nos caminhos adotados por FHC e Lula traduzem o que temos assistido. Não podemos esquecer, por exemplo, que houve um esforço de demolição da Legislação do Trabalho em vigor durante os primeiros meses do governo Lula e que, em certo sentido, acabou sendo emperrada pelas Federações e Confederações dos Trabalhadores, pela burocracia sindical. Penso que se quisermos ver com mais clareza esta questão é olhar exatamente para um elemento que o Ricardo está apontando: no computo geral, reforçaram-se ou enfraqueceram-se as condições de estabilidade da força de trabalho. O movimento envolvendo as terceirizações por acaso vieram em declínio, no momento posterior ao governo FHC. Penso que estes elementos vão ajudando a esclarecer o que é ou não um partido de esquerda, isto é, que defende os reais interesses da classe trabalhadora.

Movimento social

G.: Professor, nos seus livros, geralmente trata das mudanças no mundo do trabalho, sempre destacando o importante papel do sindicalismo combativo. No entanto, assistimos o atrelamento cada vez maior das Centrais Sindicais ao governo, principalmente da CUT, que surgiu com uma história de luta e se propondo a organizar a classe trabalhadora brasileira. Como você avalia a postura do sindicalismo no Brasil hoje e com relação a CUT, qual sua análise sobre o papel que esta Central cumpre no atual contexto histórico?

A. S.: Creio que neste processo vivido pela CUT valeria a pena acrescentar que o recuo registrado em relação às posições mais críticas que a Central apresentava em suas origens esteve intimamente ligado, também, ao grande recuo do universo sindical, seja no plano ideológico, seja naquele propriamente dito dos embates, do enfrentamento com as políticas neoliberais. O desmonte dos chamados países socialistas do Leste europeu, acompanhado da propaganda maciça de que aquilo representava o fim de qualquer projeto possível de comunismo, acabou rebatendo tanto nos partidos como também no campo sindical. Foi marcante, por exemplo, na adesão do sindicalismo cutista aos referenciais do sindicalismo internacional, seu comprometimento à época com a Confederação Internacional das Organizações dos Sindicatos Livres (CIOLS), travar-se o debate interno na Central em termos de modernizar-se ou continuar alinhado com posições dinossauricas, ou seja, consideradas por várias alas da CUT como ultrapassadas e, portanto, presas ao passado. Neste bojo se insere a conversão progressiva de um sindicalismo de embate via greves por outro denominado de “cidadão” e de

“concertação social”. Destaque-se ainda que progressivamente houve uma conversão acentuada do sindicalismo internacional mais combativo à concertação social. Aconteceu isto na França, com a Confederação Geral do Trabalho (CGT), mas também com a Comissões Operárias (CCOO), na Espanha. A crise sindical não é uma expressão inventada. Ela traduz um processo real, que não pega o movimento sindical brasileiro em um primeiro momento, como é a virada dos anos 1970 para os anos 1980, mas começa a fazer suas marcas mais profundas na virada dos anos 1980 para aquele dos 90. E, débil ideologicamente, a CUT naufragou junto com a tendência que vinha se desenhando no universo sindical no transcurso do século XX e mais intensamente a partir de 1973.

G.: Você concorda com a tese de que com a chegada do PT ao governo federal, os movimentos sociais foram cooptados? Ficaram na defensiva, deixando de mobilizar os trabalhadores de suas bases?

A. S.: Creio que sobre esta questão é difícil falar realmente em cooptação, mesmo que parcial. Não podemos desconsiderar que a eleição de Lula já contava com a adesão de vários setores da luta coletiva. Houve, certamente, muito descontentamento por parte daqueles setores que estavam mais radicalizados, provavelmente ainda iludidos de que se poderia apostar em um projeto socialista, a exemplo do que vinha se desenhando em alguns países da América Latina. Então, considerar por exemplo a questão apenas em cima da cooptação, conforme os termos presentes na pergunta, acho que é simplificar um pouco um problema mais complexo. Mas é um fato que foram construídos mecanismos para evitar qualquer tipo de oposição que pudesse fazer com que naufragasse o programa proposto pelo governo petista e tinha-se clareza de que os sindicatos e bases dos setores populares teriam de ser, de um modo ou de outro, minimamente contemplados para se garantir a chamada “governabilidade”.

Socialismo

G.: Diante da profunda crise do capitalismo, em escala global, afetando a classe trabalhadora, poderíamos afirmar que a luta pelo socialismo se fortalece? Neste contexto, qual a contribuição dos movimentos sociais para a transformação social?

A. S.: A gama de questões colocadas pelo Ricardo permite visualizar o tamanho do desafio necessário que precisa ser absorvido pelo conjunto da classe trabalhadora. Sem a organização efetiva da classe trabalhadora seguramente não haverá luta efetiva pelo socialismo como estágio para se avançar a uma sociedade comunista. E esta tarefa tornou-se, hoje, mais complexa do que era no início do século XX ou no final do século XIX. Os problemas a serem respondidos, como atenta a fala do Ricardo, se avolumaram, assim como se coloca, cada vez mais, a necessidade de um embate mais intenso no terreno ideológico. Aproveitando que o Lukács foi referenciado, é significativo também observar que o pensador húngaro falava que, no capitalismo tardio entrou-se em uma fase profundamente

manipulatória. E este é um desafio que também se coloca, quebrar os mecanismos de manipulação, tendo, inclusive, a clareza de apontar para a grandeza mas, também, os limites das lutas, muitas vezes espontâneas, que temos assistido em território nacional ou em outros países. Dadas as contradições que se aprofundam nos marcos da sociabilidade capitalista o socialismo-comunismo é sempre uma perspectiva possível. Mas, como bem aponta o Ricardo, sua construção não se dá por processo natural, é produzida historicamente de tal modo que é neste terreno que se torna possível visualizar o quanto nos aproximamos ou distanciamos de referido projeto societal.

G.: Como podemos avançar na perspectiva do socialismo, em contexto de profunda crise mundial e quando considerável parte da esquerda mundial vem adotando um discurso reformista de Estado? Como pensar também neste projeto socialista, quando o movimento sindical, além de estar na defensiva, está cada vez mais cooptado pelos governos?

A. S.: Valeria a pena destacar, também, que precisaria haver semelhante movimento envolvendo os partidos. O caráter classista do sindicato precisa ser acompanhado da dimensão de classe, também, da organização partido. É certo que a erosão dos partidos de esquerda produziu uma contínua e intensa leitura negativa referente a eles. Entretanto, há sempre a considerar que, por mais que um sindicato abrace a perspectiva de classe, ele é fundamentalmente marcado pela luta contingente e, pior ainda, corporativa. O partido de classe tem a possibilidade de avançar para além desta posição. Neste ano em que se comemoram os 150 anos de criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, esta é uma questão que precisa ser resgatada. Não a ideia de estruturas burocráticas de partido, o que não era o caso da Internacional, e sim a ideia de partido enquanto classe organizada e consciente de seus objetivos frente ao capital. Claro, as experiências que estão sendo travadas pelos setores populares, das quais têm participado, também, amplos contingentes dos extratos médios, colocam questões. Mas não tem a estatura e a dimensão necessária de um partido da classe, o qual deve contribuir, inclusive, para dissolver certas ilusões, dentre as quais uma é de particular importância, qual seja, a de que é possível resolver o problema central, ou seja, o da sociabilidade existente, dentro dos marcos puramente institucionais e formais da política representativa. Isto coloca uma outra observação necessária, que é a própria relação que estas manifestações coletivas têm mantido com a ideia de partido por considerarem não esta forma de organização dentro de uma perspectiva marxiana e sim, muito mais, dentro de uma leitura de tinturas anarquista. Tenho visto alguns documentários onde são colhidas declarações e nos quais se coloca em destaque algo que, no meu entender, é um equívoco, ou seja, que a riqueza da luta está no fato de que ela não é dirigida por um partido. Certamente, se a referência for aos partidos existentes, as críticas se sustentam. Mas se ela extrapolar a leitura formal que se tem dos partidos e resgatarmos o que eles podem ser enquanto mediação viva para o real movimento social, então estas declarações precisam ser profundamente repensadas.

Movimentos sociais recentes no Brasil

G.: Como você sente o atual momento do país, após as grandes e intensas manifestações país afora no mês de junho? Qual o sentido e perspectivas para os quais apontam estas manifestações?

A. S.: Complementaria dizendo que a diversidade de manifestações que se seguiram a junho de 2013 precisariam, hoje, ser complementadas por estudos empíricos, se possível. Temos ali um emaranhado de elementos que, de forma geral, podemos indicar, mas precisamos avançar. Não basta falar apenas que os jovens estão na rua, mas temos de construir pesquisas efetivas que desvendem, um pouco, quem são estes jovens que ocuparam o espaço público. Neste ponto, junho não produziu ainda seus efeitos. Temos alguns dados rasteiros de pesquisas como Ibope, entre outros, mas, na verdade, desconhecemos, por exemplo, quem são realmente os *black blocs*, por exemplo, bem como aqueles que estão mais lumpenizados e que, muitas vezes, nas manifestações, nem se incomodam de esconder o rosto. Creio que pesquisas neste sentido seriam muito importantes. E, neste aspecto, vemos os limites dos sindicatos e se dizem comprometidos com os trabalhadores e dos partidos que também afirmam defender a força de trabalho: ambos não produzem pesquisas empíricas necessárias, não produzem estatísticas. Ficam na dependência do Dieese ou de qualquer outro dado que apareça para reelaborarem suas leituras. Luta social se faz, também, com dados, para que possamos compreender, objetivamente, quais são as forças que estão caminhando na perspectiva do socialismo-comunismo, quais estão ali por outras motivações e assim por diante.

G.: Você concorda com a tese de que a esquerda e movimentos sociais, como as centrais sindicais, foram pegas de surpresa, quando eclodiram as manifestações pelo país?

A. S.: a propósito da fala do Ricardo gostaria de pontuar três questões que deveriam integrar mais atentamente o debate nos futuros estudos que, provavelmente, irão surgir. O primeiro, e que guarda grande importância, refere-se ao efetivo despreparo das Centrais sindicais. Creio que o Ricardo concorda comigo se afirmar que a eclosão das manifestações durante a Copa das Confederações e nos meses posteriores, já sem a força inicial, revelam que as Centrais têm dificuldades para se soldar às manifestações efetivamente de massas. Não digo que tivessem que dirigi-las, tarefa, de resto, que ainda acredito ser da alçada de um partido com características distintas dos que estão aí e que, efetivamente tenham condições de ser produtora de um movimento de ideias capaz de fazer avançar a luta do conjunto da classe. Mas, ao se fazerem ausentes como protagonistas, juntamente com o amálgama de individualidades que, pelos motivos mais diversos, ocuparam as ruas, só fizeram que evidenciasse sua fragilidade. Afinal, não podemos esquecer que, historicamente, a ideia de uma Central sindical é a de fortalecer a luta dos trabalhadores e, se ela se faz ausente, isto aponta os limites dentro dos quais ela se encontra no momento de um quadro de lutas. Um segundo ponto que resgato da fala do Ricardo e que não podemos deixar em segundo plano, é a imprevisibilidade dos movimentos espontâneos. Como prever algo que padeceu de uma organização prévia capaz de infundir um norte efetivamente de classe à luta? Lembrando que a espontaneidade da luta pode ser, ao mesmo tempo, seu elemento de força mas, também, de profundos limites. E, por fim, a heterogeneidade das perspectivas ideológicas

presentes nas ruas, unida à diversidade de estratos sociais. Este é um problema que continua na pauta do dia no que se refere à necessária construção de uma luta que contraponha efetivamente o conjunto da classe trabalhadora ao conjunto dos que as exploram. Sem unidade ideológica mínima, numa perspectiva de superação da sociedade capitalista, estas lutas, por mais que quebrem a ilusão de que tudo vai bem e que enfim se chegou ao paraíso do consumo, permanecerão presas a sérios limites, quando não, atreladas à compreensão de que é possível que as coisas se arranjam dentro mesmo das estruturas de exploração nas quais estão inseridas.

G.: Estariam os movimentos sociais adormecidos por não terem captado/percebido esta indignação juvenil?

A. S.: Entender a participação da juventude nas manifestações vai exigir um esforço de todos nós pesquisadores. Sobretudo porque, necessariamente, eles não ocupam as ruas com ideários de esquerda ou, mais ainda, revolucionários. Isto tem sido um tom em nível mundial. Colocam, de um lado, em evidência, o profundo descontentamento com dimensões da sociedade capitalista mas não, necessariamente, contra a essência mesma da sociedade capitalista. Revelam o mal estar da perda de perspectivas de um futuro diferente, sobretudo diante das taxas de desemprego, dos salários de 1000 euros, das altas taxas de desemprego juvenil, dos empregos *Mac Donalds*, cuja base é alta rotatividade, superexploração do trabalho e baixos salários. Ademais, têm uma leitura enviesada da política, visualizando apenas a organização política enquanto subordinação a uma burocracia. Percepção que, em parte, traduz um fato real, mas que não traduz todo o complexo da necessária ação política para superar-se a própria necessidade da política.

Classe trabalhadora

G.: Professor, se os desafios para a classe trabalhadora, neste contexto, são imensos, como podemos avançar, quando setores do próprio marxismo, jogam todas as fichas em apenas um setor desta classe? A defesa de que classe trabalhadora são aqueles que estão no chão da fábrica e, portanto, são somente eles os revolucionários, não seria uma visão equivocada, diante de tantas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, do século XIX, até os dias atuais? Neste sentido é que perguntamos também: quem é a classe trabalhadora hoje e qual seu papel no processo de transformação social?

A. S.: Se há uma dimensão positiva nestas manifestações recentes no Brasil e no mundo acho que é esta destacada pelo Ricardo: elas evidenciam que a contradição não foi extirpada pelo desenvolvimento capitalista. A presença dos jovens com suas demandas evidenciam de modo claro isto. É capaz que, como diz o Ricardo, a temperatura continue a subir. Mas me preocupa muito, por outro lado, o caráter deste crescimento uma vez que podemos também observar a ausência de uma organização efetiva e,

inclusive, da unidade teórica necessária. Se elas crescerem mas continuarem presas aos limites espontâneos que as têm marcado, seguramente não darão um salto qualitativo para transformarem-se em lutas efetivamente transformadoras. Que é importante a presença de franjas da jovem classe trabalhadora nas ruas, disto acho que não se tem dúvida. Sobretudo se ela conseguir aproximar-se daquela geração de trabalhadores com mais experiências de luta. Mas, ainda assim, o grande desafio que se coloca é o da incorporação de uma perspectiva ideológica clara que esteja em ruptura com o capital e não de incorporação a uma sociedade capitalista supostamente humanizada. A frustração com a sociedade também levou os jovens às ruas nos anos 1960. Disto não resultou, contudo, nenhuma luta revolucionária de massa e hoje se sabe que embora tenham se aproximado de várias bandeiras da esquerda, o que preocupava a maioria era uma participação nas benesses da sociedade capitalista. Se as manifestações recentes enveredarem pelo mesmo caminho, o que é uma possibilidade, em breve também exporão, de maneira clara, os seus limites e as tarefas a serem superadas.

Comentários de Plínio de Aruda Sampaio Jr. à entrevista do professor Ricardo Antunes sobre “A crise do capital, a classe trabalhadora, o partido dos trabalhadores e os movimentos sociais e o socialismo”.

P. A. S. J.: Tenho plena concordância com a interpretação de Ricardo Antunes sobre as características do capitalismo contemporâneo e os desafios do contexto histórico. Destacarei apenas três aspectos importantes sobre os desafios da luta de classes no Brasil, a respeito dos quais nunca é demais insistir.

1. Para evitar qualquer tipo de ilusão em relação à política de aliança, o debate sobre a natureza da burguesia brasileira é fundamental. O problema é antigo e remonta ao debate sobre o papel da burguesia nacional na revolução brasileira. Hoje, a questão aparece camuflada. A noção de burguesia nacional foi substituída por ideias pouco rigorosas como “burguesia interna”, “burguesia progressista” e, até mesmo, à noção de que existiria uma “burguesia produtiva”, comprometida com o desenvolvimento das forças produtivas, que se contraporía a uma “burguesia financeira”, aliada dos rentistas e do capital especulativo internacional. A crítica teórica ao mito de que existiria no Brasil alguma coisa análoga a uma burguesia nacional já foi feita há décadas pelos clássicos do pensamento brasileiro: Caio Prado, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Octávio Ianni.

O desenvolvimento capitalista recente só reforça a tese dos grandes mestres do pensamento crítico brasileiro. Na era da crise estrutural do capital, não existe burguesia nacional nem mesmo nos países centrais. A ordem global reforça a integração do sistema capitalista mundial sob a batuta das grandes corporações transnacionais e do império norte-americano. Em última instância, a desintegração do espaço econômico nacional é o substrato material por trás da enorme crise política que abala os países desenvolvidos, cuja expressão mais eloquente é a gigantesca crise da União Europeia.

A burguesia brasileira vive de negócios que brotam nos interstícios dos grandes investimentos do capital internacional. Os grandes grupos econômicos brasileiros – Gerdau, Cosan, JBS, Itaú, Bradesco, Andrade Gutierrez, Grupo Votorantim, Camargo Correa, OAS – vivem de negócios que se abrem nos

interstícios dos grandes investimentos do capital internacional e do Estado. Sua riqueza depende inextricavelmente de sua relação orgânica com o Estado e o capital internacional. A quebra do Grupo EBX de Eike Batista – símbolo de prosperidade da era Lula - revela a extrema fragilidade da burguesia tupiniquim. Foi só faltar o apoio dos bancos internacionais que o homem mais rico do mundo derreteu como manteiga.

Com a desindustrialização do país, a burguesia brasileira deixou de ser uma burguesia dependente, cuja base material se ancorava na industrialização por substituição de importações, para se converter numa burguesia de negócios que depende de expedientes conjunturais – oportunidades geradas pela grande especulação no comércio internacional, riqueza criada com compra e venda de patrimônio público, ganhos de capitais que surgem da especulação com a dívida pública e com moeda internacional, lucros extraordinários decorrentes da exploração de concessões públicas, ganhos patrimoniais que surgem da especulação urbana, lucros faraônicos gerados pelos investimentos em grandes obras, rendas monopólicas com a exploração das riquezas naturais e, claro, a renda da terra associada à perpetuação do latifúndio. Com o deslocamento do centro dinâmico da economia para o exterior, a exploração do próprio mercado interno virou uma especulação mercantil, que já não está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas e o fortalecimento de empresas nacionais. O mercado interno virou um negócio controlado pelas grandes corporações multinacionais. Com a desarticulação dos mecanismos endógenos de expansão da demanda agregada, o crescimento da economia brasileira fica cada vez mais depende dos efeitos multiplicadores de renda das exportações, do aumento do endividamento das famílias e da elevação dos subsídios governamentais.

Nessas circunstâncias, o caráter particularista que sempre caracterizou a burguesia brasileira é levado ao paroxismo. Seu horizonte de interesse se limita à abertura de oportunidades de negócios e à preocupação em copiar os estilos de vida e padrões de consumo das economias centrais. Sem capacidade para enfrentar a concorrência do capital internacional, a burguesia brasileira não pode abrir mão de seu verdadeiro capital – a onipotência em relação às classes subalternas e a relação predatória com o meio ambiente. A burguesia depende da superexploração do trabalho e dos negócios do capital internacional. A galinha dos ovos de ouro da burguesia brasileira é o desequilíbrio estrutural na correlação de forças entre o capital e o trabalho. O desemprego estrutural, que mantém cerca de 40% da força de trabalho numa situação de desemprego estrutural, é, portanto, um elemento estratégico do poder burguês. Por isso, os problemas fundamentais do povo – saúde, educação, moradia, segurança pública, transporte, saneamento básico, emprego, terra, meio ambiente e água, agora também um problema das grandes metrópoles, são simplesmente ignorados. Em suma, nunca é demais insistir no fato de não existe uma burguesia brasileira com interesse estratégico na integração do Estado nacional e na construção de uma solidariedade orgânica entre as classes sociais.

2. A noção de crise estrutural do capital destacada por Mészáros é importante para ressaltar que a burguesia perdeu todas as suas propriedades civilizatórias. Mais do que nunca, acumulação de capital e barbárie caminham de mãos dadas. Na periferia da economia mundial, a barbárie assume a forma de um processo de reversão neocolonial, cuja essência reside na progressiva perda de autonomia da

sociedade nacional para controlar os fins e os meios do desenvolvimento. O processo fica evidente na regressão das forças produtivas, patente no vigor do processo de desindustrialização; no galopante avanço da desnacionalização e internacionalização da economia; no agravamento da crise federativa; na progressiva deterioração da capacidade de o Estado conceber e implementar políticas públicas que contemplem os interesses estratégicos da Nação e o bem-estar do conjunto da população; na profunda crise de identidade que se abate sobre a vida cultural. Na universidade o problema é gritante. Transformada em mera correia de transmissão das “verdades” das universidades dos países centrais, o ensino superior brasileiro, sob a batuta da Capes, foi transformado em um mero mecanismo de colonialismo cultural que difunde os valores do individualismo, concorrência e consumismo, tal como eles são propugnados pelo “*American way of life*”. Acumulação de capital desenfreada sem mecanismos políticos para colocar limites às taras do capital potencializa o caráter anti-humano do modo de produção capitalista. A especificidade da situação periférica é que a barbárie avança em disparada. Quem vive nas grandes metrópoles sabe que a “barbárie” não é uma expressão retórica. Basta lembrar que os mortos e feridos pela violência nas grandes cidades brasileiras superam, tanto em termos absolutos como em termos relativos, os de muitos países que vivem em estado de guerra civil.

3. Por fim, uma consideração sobre o que fazer? O impasse da esquerda brasileira coloca na ordem do dia a necessidade de superação da teoria e da prática do Programa Democrático Popular que inspirou o reformismo do PT e de maneira direta e indireta influenciou todas as organizações sociais e políticas construídas nas últimas três décadas. A questão central é acabar com qualquer ilusão em relação à possibilidade de atenuar (e muito menos resolver) os problemas fundamentais dos brasileiros dentro da ordem burguesa. A implicação é radical. A reorganização da esquerda passa pela necessidade inescapável de colocar os desafios e as tarefas da revolução brasileira como eixo articulador de todas as ações das organizações políticas dos trabalhadores. Ao colocar o socialismo como objetivo estratégico que se sobrepuja às considerações táticas, as organizações de esquerda têm como grande desafio construir uma correlação de forças capaz de derrotar a burguesia brasileira e o imperialismo norte-americano. Isso coloca como prioridade absoluta as tarefas de organização e conscientização da classe trabalhadora.

Notas:

¹ Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi *Visiting Research Fellow* na Universidade de Sussex, Inglaterra. Fez concurso para Titular (2000) e Livre-Docência (1994) no IFCH-Unicamp, em Sociologia do Trabalho. Doutorou-se em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP) (1986) e fez Mestrado em Ciência Política no IFCH-Unicamp (1980). Recebeu o Prêmio Zeferino Vaz da Unicamp (2003) e a Cátedra Florestan Fernandes do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (Clacso) (2002). É pesquisador do CNPq. Publicou, entre outros, os seguintes livros: *Adeus ao Trabalho?*, 13.ed., Ed. Cortez, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela; *Os Sentidos do Trabalho*, Ed. Boitempo, 9.ed., publicado também na Argentina e Itália; *A Desertificação Neoliberal*, Ed. Autores Associados, 2.ed.; *A Rebeldia do Trabalho*, Ed. da Unicamp, 2.ed.; *O Novo Sindicalismo no Brasil*, Ed. Pontes e O que é o Sindicalismo, Ed. Brasiliense. Atualmente coordena as Coleções Mundo do Trabalho, pela Boitempo Editorial e Trabalho e Emancipação, pela Editora Expressão Popular. Colabora regularmente em revistas no exterior e no Brasil. Atua principalmente nos seguintes temas: trabalho, nova morfologia do trabalho, ontologia do ser social, sindicalismo, reestruturação produtiva e centralidade do trabalho. E-mail: rantunes@unicamp.br.

² Esta entrevista foi realizada durante os meses de agosto e setembro de 2014 e foi comentada por dois pesquisadores: Plínio de Arruda Sampaio Jr., Professor do Instituto de Economia da Unicamp; Ariovaldo de Oliveira Santos, Professor de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Recebido em: 09/2014

Publicado em: 02/2015.